Livro diário
Notas Fiscais de Entradas
Notas Fiscais de Saída
Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.

Período a ser fiscalizado: 02/2012 até 12/2012

Local p/ entrega da documentação: Rodovia Transamazônica Km 05, Quadra Especial, Folha 30, Nova Marabá – Marabá – PA, fone: (94)2101.4800.

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso XI, alínea C da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.

LUIS GUILHERME BATISTA COUTO

Coordenador da CERAT Marabá

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 735501
PORTARIA: 1158

Objetivo: acompanhar tecnico de rede

Fundamento Legal: decreto nº 2819 de 06.09.94

Origem: TUCURUI/PA - BRASIL

Destino(s):

Tomé-Açú/Tucuruí/PA - Brasil

Servidor(es):

032515301/ROSEMEIRE DO SOCORRO DE SOUZA MARTINS (Gerente Fazendário) / 4.5 diárias (Completa) / de 01/09/2014 a 05/09/2014

Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

ACÓRDÃOS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 735385
ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

SEGUNDA CÂMARA

ACORDÃO N.4162- 2a. CPJ. RECURSO N.8856 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 182013510000455-5)

ACORDÃO N.4161- 2a. CPJ. RECURSO N.8850 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 182013510000453-9)

ACORDÃO N.4160- 2a. CPJ. RECURSO N.8846 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 182013510000452-0)

ACORDÃO N.4159- 2a. CPJ. RECURSO N.8844 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 182013510000451-2)

ACORDÃO N.4158- 2a. CPJ. RECURSO N.8840 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 182013510000450-4)

CONSELHEIRO RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JUNIOR.

EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em nulidade do auto de infração quando descreve com clareza a infração imputada ao contribuinte, devidamente capitulada e comprovada nos autos, com o pleno exercício do direito de defesa pelo contribuinte. 3. Não se verifica hipótese de nulidade na decisão de primeira instância fundamentada na legislação, em contraposição às alegações da defesa. 4. Deve ser rejeitado pedido de diligência, porque se apresenta prescindível, uma vez que constam nos autos todas as provas necessárias para a imputação da infração. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 5. O ICMS Diferencial e Alíquotas não se submete ao regime normal de apuração de débitos e créditos do imposto, por isso não representa ofensa ao princípio da não-cumulatividade. 6. A homologação de crédito para efeito de compensação de débitos relativos ao diferencial de alíquotas depende de autorização do Secretário da Fazenda. 7. A aplicação de multa visa desestimular a prática de ilícitos, não havendo confisco em sua imposição, desde que devidamente prevista em lei para o caso em concreto. 8. Deve ser mantida a multa aplicada, em conformidade com a legislação tributária. 9. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários manifestação a respeito de validade da legislação tributária. 10. Deixar de recolher o imposto - ICMS diferencial de alíquota - na entrada de mercadorias destinadas ao uso e consumo, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 11. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:18/08/2014.

ACORDÃO N.4157- 2a. CPJ. RECURSO N.9352 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012013510004355-2) CONSELHEIRO

RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JUNIOR. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminares de nulidade do Auto de Infração e cerceamento do direito de defesa rejeitadas por unanimidade, por restar claro e inquestionável nos autos todos os elementos comprobatórios da infração. 3. O prazo para conclusão da fiscalização em profundidade tem início a partir da entrega dos documentos solicitados, e ainda que verificada eventual desatenção, esta não torna incompetente a autoridade atuante, mas tão somente restabelece ao contribuinte o direito de denunciar-se espontaneamente. 4. utilizar crédito inexistente destacado em documento fiscal que não corresponde a uma efetiva operação de circulação de mercadorias, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA:

14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4156- 2a. CPJ. RECURSO N.9348 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 372013510000498-0) CONSELHEIRO

RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JUNIOR. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Entregar mercadorias em trânsito, sem prévia autorização do órgão competente, a destinatário diverso do indicado no documento fiscal, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4155- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4154- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4153- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4152- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4151- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4150- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4149- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4148- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4147- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4146- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4145- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4144- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4143- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4142- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4141- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4140- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4156- 2a. CPJ. RECURSO N.9348 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 372013510000498-0) CONSELHEIRO

RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JUNIOR. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Entregar mercadorias em trânsito, sem prévia autorização do órgão competente, a destinatário diverso do indicado no documento fiscal, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4155- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4154- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4153- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4152- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4151- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4150- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4149- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4148- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4147- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei n. 6.182/98. 3. Emitir documento fiscal utilizando base de cálculo menor que a prevista no Boletim de Preços Mínimos constitui infração à legislação tributária e impõe ao sujeito passivo a exigência do tributo e penalidades legais. 4. Recurso conhecido e improvido.DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 14/08/2014. DATA DO ACÓRDÃO:14/08/2014.

ACORDÃO N.4146- 2a. CPJ. RECURSO N.8682 - VOLUNTÁRIO

(PROCESSO/AINF N.: 012010510000033-9) CONSELHEIRO

RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A repetição do indébito exige reconhecimento pelo órgão competente, em procedimento próprio, conforme estabelecido nos arts. 65 a 68 da Lei